

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

São Paulo, 16 de outubro de 2025.

ATÉ: 18/10/2025

PASSO A PASSO

COMO REGISTRAR O LINK (OU PDF) DA PUBLICIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL NO SITE GOV.BR

Cumpre-nos reiterar que o prazo para **PUBLICIZAÇÃO** (divulgação no site da empresa e envio do link ou pdf no site Transparência Salarial) encerra-se em 18.10.2025.

Para o envio do relatório de transparência salarial, a empresa deve publicar o documento em seus canais institucionais (site, redes sociais etc.).

Em seguida, informar o endereço eletrônico (link) ou enviar um arquivo de imagem (ou PDF) comprovando a publicação no portal do Emprega Brasil, na aba "Publicização do relatório".

O acesso se dará por meio do <https://servicos.mte.gov.br/empregador/#/>

PASSO A PASSO -

COMO REGISTRAR O LINK (OU PDF) DA PUBLICIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL NO SITE GOV.BR

1. Acesso ao sistema

- a) Acesse o site oficial: <https://servicos.mte.gov.br/empregador/#/>
- b) Clique em "**Entrar com gov.br**".
- c) Faça login utilizando o CPF do responsável pela empresa cadastrado como gestor no eSocial / Empregador Web.
- d) Confirme a autenticação em dois fatores, se solicitada

Página 1 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

2. No menu inicial, selecione “**Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios**”. (O mesmo módulo usado anteriormente para gerar o relatório em PDF).
3. Dentro do menu do relatório, procure a aba ou botão “**Publicização do Relatório**” — é o ambiente específico para registrar o link ou o arquivo que comprova a divulgação pública
4. Clique em “**Nova Publicização**”.
5. O sistema abrirá um formulário eletrônico com os seguintes campos:
 - a) **CNPJ do estabelecimento** (preencher exatamente conforme consta no relatório).
 - b) **Data da publicação pública** (data em que o relatório foi efetivamente disponibilizado no site, intranet ou rede social).
 - c) **Tipo de publicização:**
 - a. “Link” (se o relatório estiver publicado em página pública do site);
ou
 - b. “Arquivo PDF” (se preferir anexar o arquivo diretamente).
 - d) **Descrição do local de publicação** (exemplo: “Site institucional – aba Transparência / Compliance”).
6. Se a opção escolhida for “**Link**”, copie o endereço completo da página onde o relatório foi publicado
(exemplo: <https://www.nomeda suaempresa.com.br/transparencia-salarial>).
- 6.1 Cole o link no campo indicado, atentando para:
 - a) O link deve estar ativo, público (sem senha) e acessível por qualquer pessoa.
 - b) A página deve conter o PDF oficial emitido pelo MTE/Dataprev, sem alterações.

Página 2 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

- c) O título da página deve deixar claro que se trata do Relatório de Transparência Salarial.
 7. Caso não queira inserir o link, marque a opção “**Anexar arquivo**”.
 - a) Clique em “**Escolher arquivo**” e faça upload do PDF oficial gerado no sistema (não alterado).
 - b) Verifique se o nome do arquivo segue padrão claro, como:
Relatorio_Transparencia_Salarial_CNPJxxxxxxxxxxxx.pdf.
 8. Revise todos os campos preenchidos: CNPJ, data, link ou anexo.
 - a) Clique em “**Confirmar**” ou “**Enviar Publicização**”.
 - b) O sistema exibirá uma mensagem de sucesso, com número de protocolo ou comprovante digital da operação.
- 9. Emitir e guardar comprovante**
- a) Após o envio, acesse novamente o menu “**Histórico de Publicização**”.
 - b) Localize o registro recém-enviado.
 - c) Clique em “**Gerar comprovante**” ou “**Baixar protocolo**” (opção exibida em PDF).
 - d) Salve o comprovante junto com:
 - i. Print da página pública do site mostrando o relatório;
 - ii. Cópia do PDF publicado;
 - iii. Data/hora da publicação.
 - e) Guarde esses materiais em pasta compartilhada (Compliance / RH / Jurídico), garantindo rastreabilidade para auditorias e fiscalizações futuras.

EM CASO DE ERRO OU ATUALIZAÇÃO

1. Se o link precisar ser alterado (por exemplo, mudança de domínio ou atualização da página), acesse novamente o módulo do relatório e vá até “**Histórico de Publicização**”.

Página 3 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

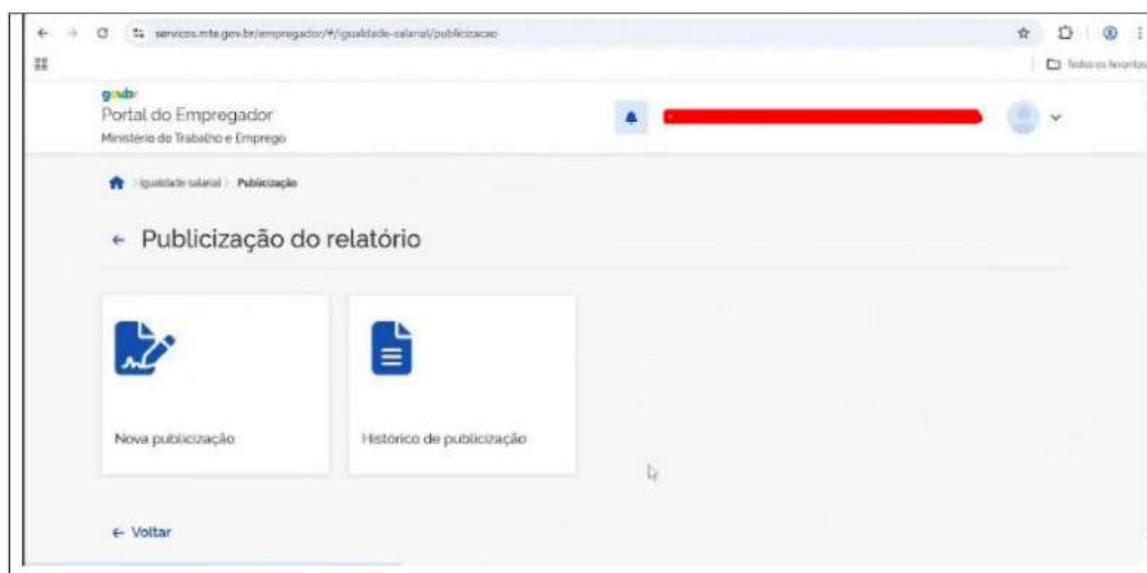
FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

2. Selecione o registro anterior e clique em “**Editar**” ou “**Nova Publicização**”, conforme opção disponível.
3. Insira o novo link ou arquivo, confirme o envio e emita novo comprovante.
4. Mantenha registro da alteração e o motivo, arquivado junto à documentação original.

Com o link publicado em canal público e o registro efetuado no Portal Emprega Brasil, a empresa passa a estar formalmente em conformidade com o ciclo atual da Lei nº 14.611/2023.

Recomenda-se arquivar todas as evidências em dossiê eletrônico nomeado “Transparência Salarial – 2025”.



Página 4 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

The screenshots illustrate the process of generating a transparency report. The top screen shows the main menu with options for new declaration, cycle declarations, transparency report, and publication. The middle screen shows the publication section with options for new publication and history. The bottom screen shows the first step of a two-step publication process for the second quarter of 2025, which involves selecting declarations.

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

Página 5 de 9

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Etapa 1 de 2: Selecionar declarações

Anterior • Próxima

Filtrar por CNPJ

CNPJ	Data da entrega	Declaração realizada por	CNPJ de quem declarou	Ações
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	+

Exibir 10 | 1-1 de 1 item(s)

Página 1 / 1

[Adicionar todos os estabelecimentos](#)

Estabelecimento(s) selecionado(s)

CLICAR AQUI

Abaixo você poderá escolher se opta por colocar o link do site da empresa onde encontra-se publicado o relatório de transparência salarial, **ou ainda**, anexar um PDF que prove onde encontra-se este link.

Recomenda-se a inserção do link.

Portal do Empregador
Ministério do Trabalho e Emprego

→ Igualdade salarial - Publicização → Nova

← Nova publicização do 2º ciclo de 2025

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Comprovantes

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicização do relatório.

Tipo de comprovante

Arquivo 
 Link 

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

Página 6 de 9

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Cole o link abaixo e clique em “adicionar link”.

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicização do relatório.

Tipo de comprobante

Arquivo
 Link

Link externo

URL
Digite o URL...

+ Adicionar link

Comprovante(s) adicionado(s)

Tipo	Valor	Ações
------	-------	-------

Ou se a sua opção foi pelo PDF, clique abaixo e anexe o arquivo pdf

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Informe o link ou realize o upload da imagem de comprovação de publicização do relatório.

Tipo de comprobante

Arquivo
 Link

Arquivo

Permitido apenas 3 arquivos de Até 10 MB por estabelecimento com as seguintes extensões: pdf, jpg, jpeg, png

Anexo
Clique aqui para selecionar um arquivo

+ Adicionar arquivo

Comprovante(s) adicionado(s)

Tipo	Valor	Ações
------	-------	-------

Página 7 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Após isto, bastar clicar em salvar.

Etapa 2 de 2: Informar comprovantes de publicização

Anterior • Próxima

Tipo	Valor	Ações

A consulta não retornou resultados.

Estabelecimento(s) selecionado(s)

CNPJ	Data da entrega	Declaração realizada por	CPF de quem declarou	Ações
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	

Exibir 10 ▾ 1-1 de 1 item Página 1 ▾ < >

← Cancelar → Salvar

EMPREGADORAS COM MEDIDA JUDICIAL

Importante destacar que eventuais omissões no envio do relatório poderão ser objeto de fiscalização e sanção. Assim, recomenda-se a verificação retroativa de pendências, mesmo que o foco agora seja o envio de agosto.

As empresas com medidas judiciais nas quais já foram obtidas liminares ou sentenças definitivas, estarão liberadas dessa obrigação.

As empresas que possuam processos judiciais, mas sobre os quais não tenhamos comunicado o deferimento de liminar ou a publicação da sentença, deverão realizar todos os procedimentos.

Para as demais, caso se interessem, estaremos à disposição para propositura de medida judicial buscando a liberação dessa obrigação.

Página 8 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.

FIGUEIREDO FILHO

SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA

Notas importantes:

- I. Caso algum dado informado neste documento não corresponda à realidade ou possua alguma incorreção, solicitamos que não aplique as posições aqui manifestadas e nos informem com os fatos concretos.

- II. Informamos que o presente Parecer foi realizado segundo nossa interpretação a respeito do tema, bem como aplicável exclusivamente na presente data, de modo que a empregadora poderá se deparar com interpretações/entendimentos divergentes, ou ainda mudança de posicionamento em datas futuras em virtude de oscilação de posicionamentos Jurisprudenciais ou Normas Legais, e ainda, disposições que alterem seu conteúdo por força de Norma Coletiva de Trabalho (Lei nº 13.467/2017).

Ao que nos cumpria, firmamo-nos.

Sem mais,

Atenciosamente,

FIGUEIREDO FILHO
SOCIEDADE I. DE ADVOCACIA
www.figueiredofilho.com.br

Página 9 de 9

* O presente documento é um meio de comunicação escrito realizado entre advogado/cliente (art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/94). É inviolável e pode conter dados confidenciais ou privilegiados, por isto seu conteúdo é restrito ao destinatário, sendo que sua violação sujeita o infrator as penas criminais e responsabilidade civil pelos danos causados.